

# SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



## Autonomia e mobilização



*Entidades sindicais criaram um fórum de denúncias de intervenção do governo do Estado contra a organização sindical.*

O SINDÁGUA está sendo acusado até de derrubar as ações da Copasa na Bolsa de Valores. Um processo da direção da empresa que reforça as iniciativas de crimes contra a organização dos trabalhadores.

## PREVIMINAS



### Copasa faz terror!

*Em boletim distribuído aos trabalhadores a direção da Copasa pinta o verdadeiro caos nas condições da Previminas e usa o panfleto para atacar, mais uma vez, o sindicato e denunciar como fatores nocivos o atendimento de afastados por doença e o custo administrativo da Fundação.*

**Página 3**

### Crise mundial desincha ações sem lastro nas bolsas

*Grandes empresas em todo mundo vão de "ponta cabeça" com o estouro da bolha de especulações no mercado financeiro, provocando uma queda vertiginosa no ritmo de produção, insolvência de bancos e ameaças também aos que vivem do trabalho.*

*Também por aqui, na Copasa, o direito ao trabalho seguro é jogado na lata de lixo. A empresa prioriza sua preocupação com suas ações e lucros para acionistas, precarizando mão de obra e penalizando, definitivamente, a universalização do saneamento. **Página 8***

## Terror a mando do Aécio?



José Maria dos Santos  
Presidente do SINDÁGUA

"Eu fiz apenas o furo, quem mata é Deus!" Quem ainda não escutou essa excrescência, mesmo que em tom de piada? Pois esse tipo de comportamento está sendo levado em consideração pelo movimento sindical, que se reuniu na última semana para discutir a ampliação das denúncias de crimes praticados por presidentes de principais estatais mineiras (Cemig e Copasa) contra a organização dos trabalhadores.

De onde partem as deliberações para agredir as organizações sindicais, como tem sido feito, sobretudo, na Copasa? Do governador Aécio Neves? Se não vem por ele, porque o governador faria "vista grossa" com medidas intolerantes e enodadas de todo tipo de irregularidades? A quem cabe a responsabilidade maior pelas agressões?

A resposta a que todos chegam à conclusão cabe ao governador Aécio Neves, que ordena ou permite a ação de agressores. Do contrário, o Governo de Minas já teria tomado providência para impedir a ação virulenta dos superpoderosos.

Na Copasa, já caiu todo o jurídico, caíram procuradores colocados pelo governo no setor e saiu da presidência do Conselho de Administração o próprio vice-governador. A gestão da empresa é intolerante e parece ter poder maior do que o próprio Palácio da Liberdade. O que se poderia esperar com a caneta presidencial nas mãos de um governador que vê suas principais empresas serem sucateadas e a administração exercida com ódio e com tamanha elasticidade de perseguições?

Essa é a discussão feita pelo movimento sindical e sobre ela serão tomadas as posturas adequadas para denunciar nacionalmente esta tragédia em Minas.

## Grupos de estudos do jeito que o patrão exigiu

*"É importante ressaltar que o Sindágua foi convocado a indicar um participante nesse grupo (de estudos da Previminas) e não se manifestou."*

A direção da Copasa insiste com uma calúnia nas suas iniciativas de crime contra a organização sindical dos trabalhadores. O gestor não permitiu que a representação dos trabalhadores (SINDÁGUA-MG, Saemg e Senge-MG) participasse dos vários grupos de estudos sobre temas imprescindíveis para a categoria e a própria empresa, como Plano de Cargos e Salários, Previminas, Gratificação para dirigir veículos, pagamento da Participação nos Resultados e outros.

Apesar de peitar uma determinação do próprio Acordo Coletivo de Trabalho, numa atitude discricionária e anti-democrática, a empresa continua patrocinando boletins difamando o sindicato, como se fossemos nós, que teríamos fugido de apresentar a representação da categoria em cada comissão. O patrão se aproveita de cada tema tratado em seus boletins (que imitam os materiais do sin-

dicato) para afirmar que a representação sindical não teria apresentado nomes para a referida comissão.

### Super-patrão

A estratégia do gestor é a de apenas tentar desgastar as entidades sindicais junto à categoria e jogar sobre as costas dos companheiros, indicados pelo próprio patrão nas comissões, toda a responsabilidade de medidas arbitrárias, injustas e que prejudicam os interesses coletivos dos trabalhadores.

Como dissemos anteriormente, o Sindicato monta um farto dossiê com todos os crimes praticados contra a organização sindical e ingressará com processos judiciais reparadores das calúnias e danos morais, além de denunciar o patrão nas instâncias de proteção dos trabalhadores do Ministério do Trabalho e em instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

### SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

**Presidente:** José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Diagramação:** Luiz Micolau - **Ilustração:** Lute - **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Gráfica BH

Rua Congonhas, 518 - Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224 CEP: 30330-100 —  
[www.sindagua.com.br](http://www.sindagua.com.br) e-mail: [sindagua@sindagua.com.br](mailto:sindagua@sindagua.com.br) - Jornal SINDÁGUA [comunicacao@sindagua.com.br](mailto:comunicacao@sindagua.com.br)



# Terrorismo com a Previminas

Todo trabalhador quando entra na Copasa e opta em participar da Previminas orienta-se em contribuições com três objetivos básicos a complementação previdenciária, auxílio-doença e pecúlio. Qualquer um desses benefícios é previsto nos cálculos atuariais e estão longe de serem qualificados como fatores que desequilibram o plano a que a Previminas se propõe.

O SINDÁGUA e demais entidades lutam na Justiça contra os reajustes exagerados já aplicados nas contribuições e, mesmo proibido pela Copasa de participar do grupo de estudo previsto no Acordo Coletivo, mantém acompanhamento em seminários e discussões aprofundadas sobre a saúde financeira e administrativa da Previminas.

negativos, avisa que uma grande facada seria dada em novembro e prepara a perspectiva de fechar o caixão da capacidade dos salários contribuírem com a programação de mais reajustes brutais em 2009 e tenta

soprar uma ferida, irresponsavelmente, aberta antes da cirurgia financeira para cobrir os déficits anunciados. Pior ainda, diz que “a Copasa continuará estudando alternativas para sempre melhorar o plano de aposentadoria sem penalizar os participantes”.

Perguntamos a todos: lembre de uma

única alternativa proposta pela Copasa para não penalizar os trabalhadores com arrocho nas contribuições da Previminas? Ao contrário, fomos ameaçados e o sindicato incriminado por defender os trabalhadores contra os reajustes despropositados. Perguntamos também: por que a Previminas não esclarece esta crise de confiança na instituição, que é patrocinada pela direção da Copasa? Será que todos nós chegaremos ao ponto de não conseguir mais pagar a Previminas, com uma contribuição que poderia superar até o valor dos nossos salários? Esse terrorismo precisa ser explicado e todos os participantes serem tranquilizados e orientados a não saírem do Plano Previdenciário, sob pena de sofrerem um prejuízo financeiro criminoso, comprometendo a tão sonhada complementação previdenciária. A luta de 20, 30 anos de contribuição para uma instituição séria não pode ser jogada na lata de lixo pela irresponsabilidade de figurinhas que passam nas administrações públicas e que agem com má fé e sem nenhum escrupúlos para prejudicar um direito sagrado por simples questões de ranço político ou outra doença mais grave de excesso de poder.

Copasa distorce a realidade  
Um boletim sobre a Previminas que a Copasa circulou entre os trabalhadores mostra claramente que a direção da empresa gosta daquela máxima do Chacrinha “a gente gosta é de confundir”.

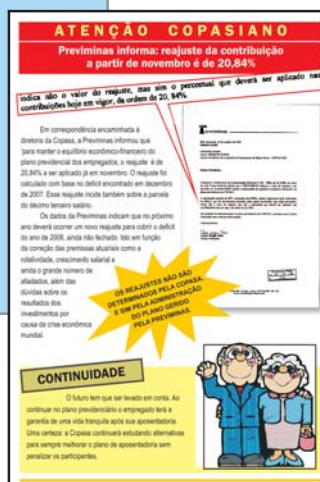
Em primeiro lugar, o boletim do patrão volta com seu objetivo principal de atacar o sindicato. Começa com um tituluinho “DESINFORMAÇÃO”, para depois completar: “mais uma vez, o Sindágua dá informações incompletas aos empregados”. A seguir faz um monte de contas para informar que a rentabilidade dos recursos contribuídos à Previminas seria bem menor, em função da “taxa de administração de 14%” descontada para a Fundação. Fala em seguida: “um outro percentual elevado, o equivalente a 30% da contribuição dos empregados, é destinado a complementar os salários dos afastados por motivo de doença”. Depois ataca a Previminas: “por esses e outros motivos, infelizmente, a Previminas vem apresentando, há alguns anos, resultados negativos em seus balanços”.

O boletim patronal tem dois grandes interesses. Primeiro o de atacar o Sindicato, acusando a entidade de não participar do “grupo de trabalho” constituído para estudar e propor sugestões para a Previminas. Em nenhum lugar esclarece aos trabalhadores e a quem lê o papelote que foi a direção da Copasa que impediu a participação dos

sindicatos (SINDÁGUA, Saemg e Senge) nos grupos de trabalho, sob a alegação de perda de prazo na designação dos nomes, o que também não é verdade. Em segundo lugar, o patrão ataca a Previminas, acusando-a de cobrar uma taxa de administração de 14%, considerando o “percentual elevado”. Diz também, grosseira e criminosamente, ser essa umas das grandes causas “dos resultados negativos” nos balanços da Previminas.

O verso do boletim fala em nome da Previminas. Diz em tom de terrorismo: “ATENÇÃO COPASIANO. Previminas informa: reajuste da contribuição a partir de novembro é de 20,84%”. Curiosamente a Previminas não fez circular nenhum comunicado aos participantes. A Copasa ilustra seu boletim com uma carta da Previminas respondendo a uma consulta que aponta avaliação atuarial que indica necessidade de recálculo das contribuições. Além de afirmar que o novo reajuste aconteceria em novembro, o boletim da Copasa avisa que “no próximo ano deverá ocorrer um novo reajuste para cobrir o déficit do ano de 2008”.

Transforma-se num aviso, no mínimo, cínico o textinho no final do boletim do patrão alertando a todos que devem permanecer no plano previdenciário. Calça todas as suas informações em argumentos extremamente



# Sindicato acusado de "derrubar" as ações da Copasa na bolsa

Processo judicial movido pela Copasa contra o SINDÁGUA afirma que o presidente da empresa foi comparado no boletim **REGISTRO** ao Dick Vigarista, "um dos mais conhecidos bandidos dos quadrinhos". Segundo ainda a peça, os ataques dos boletins do Sindicato seriam responsáveis pela queda das ações da Copasa na bolsa de valores.

O SINDÁGUA denuncia há muito as iniciativas da direção da Copasa em boletins sempre atacando os sindicatos, tentando claramente colocar os trabalhadores contra a entidade.

Essas ações da empresa se intensificaram durante a nossa campanha salarial deste ano, quando panfletos imitando os boletins **REGISTRO** foram editados pelos patrões, com o intuito de confundir as negociações coletivas. Tais boletins patronais intencionavam deixar nos trabalhadores a idéia de que o sindicato dificultava o Acordo Coletivo, porque a direção da Copasa impunha como condição de acordo não mais pagar os salários e demais direitos dos diretores liberados para o SINDÁGUA. As articulações dúbias tentaram, principalmente, articular um processo de desligamento de companheiros de salários

mais elevados do quadro de associados do Sindicato. O objetivo, claro e simples, era tentar sufocar a organização dos trabalhadores, com prejuízos, através de dificuldades financeiras impostas ao Sindicato. A categoria deu uma resposta de unidade. Aprovou o Acordo Coletivo que estabeleceu a conquista da PL linear e indicou ao sindicato a necessidade e autorização para alterar o valor das mensalidades dos associados da entidade.

O patrão continuou metralhando o sindicato com seus boletins que continuam imitando o **REGISTRO**, não apenas na logomarca, mas na diagramação, no recurso de desenhos e do próprio linguajar característico da comunicação sindical.

### De vítima a réu

O processo movido pela direção da Copasa contra o SINDÁGUA e o presidente da entidade, José Maria

dos Santos, significa uma "apelação" e uma prova de autoritarismo, falta de senso e de respeito à capacidade de entendermos quem faz o papel de bandido neste filme de terror em que se transformaram as relações de trabalho dentro da empresa.

As informações são grosseiramente distorcidas e apresentam argumentos que podem ser contestados por todos que presenciam as pressões contra o Sindicato.

A peça insinua que o presidente da Copasa, Dr. Márcio Nunes, teria sofrido "ataques gratuitos" que "agravaram-se a ponto de culminarem em tentativa de agressão física promovida" contra sua pessoa. Na verdade, o Sindicato protegeu o Dr. Presidente, que cismou de passar no meio de uma concentração grevista, mesmo depois de ter mandado publicar boletins que confrontavam a categoria. O que poderiam fazer trabalhadores mobilizados na porta da empresa, com

## A COPASA SE TRANSFORMA EM EMPRESA DITATORIAL E DESUMANA

ômulo Penili, ex-diretor da Copasa, 58 anos, sem tempo para se aposentar: DEMITIDO

No último dia 4 de agosto, o trabalhador Rômulo Penili completou 58 anos. No dia 18, segunda-feira, não conseguiu entrar na Copasa. Seu e-mail eletrônico foi desabilitado e tinha sido demitido. Está o grande prêmio ao trabalhador de quase 35 anos de empresa quando completa 58 anos: a EMISSÃO SUMÁRIA, desrespeito e desumana. Rômulo foi demitido sem ter completado o tempo para se aposentar pelo INSS, considerando-se inclusivo o fator previdenciário. Foi arrancado da sua atividade profissional sem aviso prévio, apenas por estar dentro das regras precorreiontas e incorretas da CFM. Foi demitido ilegal e irregularmente dentro de um período eleitoral. E nisso que a Copasa se transformou. O governo do Estado, que teve

em Rômulo um de seus diretores de confiança à frente da Copasa, sobretudo, nas negociações da concessão de Beto Horizonte, durante a administração do Dr. Celso de Castro, não pode fazer como Pilatos e permitir um crime dessa natureza. O governo pode agir antes que essa monstruosidade seja condenada e também tenha que ser reparada na Justiça!

**... medalha... medalha... metralha!**  
A gestão autoritária vive dos prêmios... prêmios... loucura por prêmios!

Todas as administrações que passaram pela Copasa sempre pretendem ser a "primeira empresa de saneamento do Brasil". Para atingir tal objetivo investem em um corpo técnico responsável e qualificado, trabalham dia e noite pelo crescimento da empresa, trabalham em casa em um processo de planejamento, desenvolvem um modelo de administração que os torna líderes, tendo como prioridade a essencialidade de saneamento.

A gestão de hoje colhe as glórias de um que era antes conquistado pelo estímulo, via do mais requintado autoritarismo, desrespeito e está sob a proteção de um manto divino do chefe, mas não obrigados, por todos os cantos, a participarem de reuniões, comissões, comissões técnicas, comissões desumano, sem planejamento, implementa apenas pelo poder.

Os prêmios acabaram sendo desmatados pelo sucateamento da empresa evidenciando o compromisso social e responsabilidade das instituições. Já dever estar longe e terá completado a tragédia a que está muito clara, mas que evidentemente cresce e se desenvolve. Os diversos prêmios em meios de comunicação, rosas fúlabas de inserções publicitárias fazem uma que vem sendo cruel não apenas com os trabalhadores, mas com o tempo, muita o grande anseio da transição e políticas públicas em busca da universalização. O maior prêmio que os trabalhadores e a sociedade recebem é a responsabilidade pública, do respeito, da dignidade, da humanizada e transparente e, acima de tudo, que trate todos os funcionários de nosso estorpo e parceria para uma prestação de serviço.





palavras de ordem a exigir direitos, diante exatamente do presidente inflexível e que ameaçava direitos? A direção do sindicato não esperou para ver. O diretor José Geraldo Nascimento desceu do carro de som e se postou ao lado do Dr. Presidente, acompanhando-o até a portaria da empresa, garantindo que ele não fosse molestado. Na peça contra o Sindicato, o Dr. fala em ofensas morais e outras querelas.

Ainda não satisfeitos com a atitude desafiadora, a peça dos queixumes do Dr. Presidente afirma que "... a atitude de animosidade dos réus contra a Copasa Mg e seu Diretor presidente contaminou de tal forma os manifestantes que os levou, no dia seguinte, a uma tentativa de agressão física ao Dr. Márcio Nunes". Contaminação???? Ora, que termo horrível para qualificar quem defende direitos coletivos! Defender os trabalhadores vem a ser considerado pelo patrão como uma doença e a contaminação certamente seria a mobilização e o sentido de unidade dos trabalhadores. Ao contrário do que pretende, o termo equivocado do patrão atesta a capacidade de luta e a representatividade do Sindicato junto aos trabalhadores, condição que garante o não assalto aos sagrados direitos da categoria.

O mais espetacular no processo e que demonstra o desequilíbrio autoritário do representante do governador Aécio Neves na Copasa é digno de fazer parte do anedotário da ditadura contra os trabalhadores :

"... em outubro de 2007, antes do início dos ataques promovidos pelos Réus à Copasa e ao seu Diretor Presidente, a Ação desta Companhia de Saneamento valia, no Mercado Financeiro, R\$ 33,85" ... "aquele valor veio sofrendo sensível queda ao longo dos meses, na mesma proporção em que se intensificavam as agressões perpetradas pelos Réus em seus tablôides ou nas ruas, através de carros de som".

É demais! A fantasiosa afirmação desmoraliza a seriedade de um representante de governo que pretende um salto político mais alto. O Sindicato teria a capacidade de derrubar ações na bolsa de valores? Não seria mais lógico buscar essas explicações na capacidade administrativa e nos globais relacionamentos da empresa, que enveredaram por enfrentamentos com prefeitos, com notícias que maculavam a imagem da Copasa na imprensa, como cancelamento de licitação de contratação de escritório jurídico, vazamento de salários de conselheiros em CP divulgada em

toda a empresa e estaprolando para a imprensa, de forma a prejudicar o trabalho de procuradores colocados pelo próprio Governo do Estado dar caráter de seriedade à administração do jurídico da empresa. Todos foram caindo pelo caminho, procuradores, presidência do Conselho de Administração. Sobra apenas o Dr. Presidente, que se escora em um poder incommum e que assombra qualquer um que conteste seus atos.

O jurídico do Sindicato responderá ao processo apresentado pela empresa e a ridícula peça patronal será transformada em oportunidade para engrossar o caldo documental para uma representação criminal contra a empresa por interferência e ações anti-sindicais. Este processo do patrão, a defesa do Sindicato e todos os atos criminosos contra a organização sindical serão difundidos para os organismos de defesa dos direitos dos trabalhadores, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), instâncias judiciais e do Ministério do Trabalho, além dos meios de comunicação.

A liberdade que se respira em Minas não é esta do chicote e do tacão e a "Inconfidência Mineira" fica irretocável como o exemplo para o País de insurreição contra qualquer forma de ditadura.

Fotos de celular



*Nascimento, diretor do Sindicato, acompanha o Dr. Presidente em seu caminho no meio da greve*

## ***CUT, OAB, juízes federais e da Justiça do Trabalho defendem a criminalização das práticas anti-sindiciais***

Reunindo cerca de 200 lideranças de todo o país, o Seminário "A Criminalização da Pobreza, das Lutas e Organizações dos Trabalhadores", realizado nesta terça e quarta-feira (21 e 22), na sede nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília, aprovou a manutenção de um fórum permanente para receber denúncias relacionadas ao tema, examinar situações e propor medidas que garantam a liberdade e a autonomia dos movimentos sociais frente à perseguição de governos e empresários. O Fórum estará aberto à adesão de novas entidades.

Com a participação de dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entre outras importantes entidades, o Seminário propôs a deflagração de campanha para cobrar

medidas concretas da Presidência da República, do Judiciário e do Legislativo no sentido de responsabilizar as empresas que incorrem em práticas anti-sindiciais e de criminalização da atividade dos sindicatos de trabalhadores.

De acordo com Antonio Carlos Spis, que representou a direção nacional da CUT no evento, a constituição de um fórum permanente, coordenado pela OAB, vai possibilitar que o tema se mantenha sempre em pauta. Na prática, relatou Spis, "será um instrumento de pressão para combater a impunidade e corrigir injustiças, ampliando e amplificando denúncias contra mandantes de crimes, contra autoridades e empresários que demitem lideranças, que impedem a livre organização sindical". O fundamental, sublinhou, "é que a partir de agora qualquer pessoa agredida em seus direitos receberá a solidariedade do fórum como um todo".

Conforme o dirigente cutista, o tema da criminalização dos movimentos sociais será um dos enfoques prioritários do mundo do trabalho no Fórum Social Mundial, que será realizado de 27 de janeiro a 1º de fevereiro em Belém do Pará.

Abaixo, reproduzimos a íntegra da Carta de Brasília, aprovada no Seminário.

### **Contra a criminalização da pobreza, da luta e das organizações dos trabalhadores**

Reunidos em Brasília, representantes de sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares e estudantis,



entidades representativas dos advogados e magistrados, com o objetivo de estudar e debater a crescente onda de criminalização da pobreza, das lutas e das organizações dos trabalhadores de nosso país, decidimos apresentar essa Carta à sociedade brasileira.

São quase diários os massacres de jovens e trabalhadores, negros e pobres em sua imensa maioria, em algumas cidades do país, assassinados

pela polícia do Estado em operações voltadas pretensamente para o combate ao crime organizado.

O ajuizamento de ações de "Interdito Proibitório", instrumento utilizado generalizadamente junto à Justiça Civil e à Justiça do Trabalho, tem sido o principal meio através do qual o empresariado tenta impedir os trabalhadores de exercer o direito à manifestação e à greve, garantias constitucionais inquestionáveis.

Alem dos interditos, a intervenção - via de regra truculenta - da polícia para impedir o trabalho do sindicato na construção e condução das mobilizações dos trabalhadores, a perseguição e demissão de dirigentes e ativistas sindicais completam um quadro que parece retroceder à realidade do início do século passado e dos períodos ditatoriais, quando a luta dos trabalhadores era considerada "caso de polícia".

Os interditos proibitórios e a ação da polícia do Estado são utilizados, de forma ainda mais violenta e abusiva, contra movimentos populares que buscam organizar o povo pobre para lutar por uma vida minimamente digna. Existem hoje



em nosso país cidadãos proibidos pela Justiça de “passar em frente a uma prefeitura”, e são inúmeros os casos em que a violência policial foi utilizada de forma completamente abusiva, em defesa da propriedade e não da lei.

Os recorrentes assassinatos de trabalhadores no campo e na cidade, de líderes religiosos, populares e indígenas, acompanhados quase sempre da impunidade, o que incentiva a mais crimes, é uma triste e dura realidade em nosso país. A presteza, a rapidez e a força que os órgãos policiais e judiciais não têm para punir os assassinos sobram na hora de reprimir os movimentos sociais e sindicatos que lutam pela reforma agrária e urbana.

Sequer as mobilizações estudantis escapam dessa realidade. Neste último período a luta dos estudantes e demais setores da comunidade universitária em defesa da educação pública, de qualidade e para todos, tem sido alvo de um processo repressivo cada vez mais intenso. Muitas entidades estudantis estão ameaçadas por muitas milionárias originadas nos mesmos interditos proibitórios. Há dezenas de estudantes processados neste momento, pelo menos, em Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Santa Catarina e Brasília.

Para agravar ainda mais este quadro começamos a assistir nos últimos meses a uma ação cada vez mais ousada do governo federal, através do Ministério do Trabalho, no sentido de intervir nas organizações sindicais, cassando ilegalmente registros sindicais, concedendo outros sem a observância dos preceitos legais, ferindo frontalmente o que está prescrito na Constituição Federal.

Ao contrário do que pode parecer, estes problemas não dizem respeito apenas às entidades e pessoas diretamente envolvidas. A ocorrência generalizada destes fenômenos indica claramente que são resultado de uma política, de uma ação consciente e organizada envolvendo empresários, proprietários rurais e governos, para limitar ou diretamente impedir o acesso dos trabalhadores ao exercício de garantias constitucionais, de lutar em defesa de seus direitos sociais e por uma vida melhor.

Não se pode dizer que há democracia e vigência do Estado de Direito em um país em que os trabalhadores que se organizam para a luta e a pressão social sejam tratados como criminosos; em que a proteção ao Capital e à ganân-

cia pelo lucro resumam as atribuições das instituições do Estado. Mais grave ainda tende a ficar a situação se considerarmos que a crise econômica que ora se apresenta, como tem sido a regra, pode aumentar ainda mais a degradação das condições de vida e o ataque aos direitos dos trabalhadores.

Afirmamos categoricamente: a criminalização da pobreza, da luta e das organizações dos trabalhadores são inaceitáveis! Esta situação precisa mudar!

É necessário que se estabeleça o respeito aos direitos dos trabalhadores e, particularmente neste momento, o direito à livre organização sindical e popular, o pleno direito à greve e à mobilização social como meios legítimos de defesa das reivindicações sociais e da busca por melhorias na condição de vida.

Nesse sentido, os representantes das entidades signatárias dessa Carta, adotam as seguintes iniciativas:

- Constituir um “Fórum Nacional contra a criminalização da pobreza, da luta e das organizações dos trabalhadores” aberto à incorporação de novas entidades, sob a coordenação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que se reunirá regularmente para receber denúncias relacionadas ao tema, examinar situações e propor medidas de combate à criminalização dos movimentos e lutas sociais;

- Desencadear uma campanha buscando atingir este objetivo: iremos cobrar medidas concretas da Presidência da República, dos poderes Judiciário e Legislativo e apelaremos às cortes internacionais; exigiremos a responsabilização das empresas que incorrerem em práticas anti-sindicais e de criminalização da atividade dos sindicatos de trabalhadores;

- Denunciaremos a toda a sociedade esta situação ao mesmo tempo em que buscaremos mobilizá-la para pressionar os poderes constituídos pelas mudanças que aqui preconizamos, pela correção das injustiças e reintegração ao trabalho de trabalhadores e dirigentes atacados;

- Como parte das atividades do “Fórum Nacional”, o Seminário indica que sejam analisadas as condições e causas da grande quantidade de trabalhadores que morrem exercendo o seu trabalho no campo e nas fábricas;

- Constitui um princípio de ação do “Fórum Nacional” que toda agressão ao direito de manifestação e exercício das

atividades sindicais, dos movimentos populares e estudantis, em qualquer entidade na qual o trabalhador, dirigente ou ativista atue, será entendida como uma agressão ao coletivo de entidades signatárias dessa “Carta”;

- Convocar amplamente uma atividade a ser realizada durante o “Fórum Social Mundial” em janeiro de 2009, em Belém/PA, que debata a criminalização dos movimentos sociais.

A essa luta conclamamos todos os sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares, organizações e entidades democráticas de nosso país. Juntos, mobilizados, faremos valer os direitos daqueles que constroem, com seu suor e trabalho, todas as riquezas deste país.

Brasília, Sede Nacional do Conselho Federal da OAB, 21 e 22 de outubro de 2008.

# ORGANIZAÇÃO SINDICAL

## Cargos desocupados continuam vagos

Trabalhadores em todo o interior reclamam da empresa por não fazer substituições. Os companheiros são informados que esta postura da empresa preparara para um processo de terceirização generalizada, através do “contratão”.

Não há como não ficar apavorado com a condição de abandono em todas as localidades da Copasa pelo interior. O SAP continua sendo um grande estorvo e não se consegue comprar até canos para fazer manutenção em redes de esgotos. A situação é trágica e só pode ser batizada com uma palavrinha muito ao gosto dos últimos mandatários na empresa: “sucateamento”.

## Demissões podem ser barradas na Justiça

O SINDÁGUA acompanha de perto o processo na Justiça para reverter a medida ilegal da Copasa de demitir trabalhadores durante período eleitoral e também contra as medidas criminosas da CP-014, que discrimina trabalhadores por idade.

## Insalubridade sem pagamento

Outra reclamação dos trabalhadores denuncia o não pagamento de adicional de insalubridade a companheiros que fazem substituição nas atividades insalubres. Segundo as informações, a alegação para o não pagamento é justificada com o irregular argumento de “exposição temporária” aos agentes insalubres.

O sindicato orienta todos os trabalhadores a indicarem estas áreas onde o direito estaria sendo sonogado, para que a fiscalização seja acionada e possamos defendê-los judicialmente.

# A BOLSA OU A VIDA?

## O mundo contaminado sucumbe à agiotagem

Mais uma super-bolha de especulação financeira estoura a economia mundial, construindo uma crise internacional que arrasta grandes países e os “emergentes”, como o Brasil. Reuniões intermináveis entre os chefes de estado e titulares de bancos centrais articulam medidas de impacto para salvar exatamente as instituições que embolsaram lucros estratosféricos com a agiotagem em bolsas de valores. Já se diz inclusive que eles não devem ser responsabilizados, pois estariam apenas utilizando as brechas “legais” no mercado financeiro, devendo-se mudar a sua regulamentação para coibir os abusos.

Esta busca do lucro especulativo vai arrastando grandes empresas para o lamaçal das imprevisões. Empresas que especulam com o dólar nas operações de importação e exportação perdem alguns bilhões com uma simples variação no valor da moeda, como aconteceu com a Sadia, com a Votorantim e outras menos transparentes, que escondem suas operações fracassadas.

Aqui entre nós, empresas privadas e públicas aprofundam a precarização da condições de trabalho, fazendo cada vez mais contratações de serviços de terceiros para atividades-fins, como forma de sonegar direitos dos trabalhadores e gerar mais lucro para acionistas. A terceirização represen-

ta a maior praga que invade o mercado de trabalho no Brasil e se alastra em empresas públicas como a Copasa, que passaram a focar nos lucros fáceis o seu principal objetivo, apesar de serem instrumentos do Estado para serviços essenciais e para cumprir projetos de responsabilidade social.

Toda a saúde financeira de uma empresa prestadora de serviço de saneamento, que deveria ser revertida para novos investimentos e alcançar a propalada “universalização” está sendo desviada para os bolsos de acionistas, depois que estas empresas cairam nas malhas das bolsas de valores. A empresa chega até a reclamar e responsabilizar o sindicato pela queda de suas ações na bolsa e progride em sua iniciativa de transformar a Copasa numa hidra, com uma cabeça administrativa e várias empreiteiras como seus braços.

Está aí para todos verem e “pagarem o pato” o resultado da agiotagem legalizada com a especulação em bolsas, empresas superavaliadas mais em papéis do que o que têm em caixa ou o que vale seus patrimônios. A praga da especulação obriga o Estado a socorrer os especuladores, jogando no colo da sociedade a conta. O caminho apontado em vários países é a estatização, eliminando a ação de executivos especuladores da vida pública que representam interesses da privada.